

ATA NÚMERO 14/XIII (1.ª) SL
02 de fevereiro de 2016 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 26 de janeiro

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Associação Académica de Coimbra – 15h00

5. Audiência à Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal – 16h00

6. Texto conjunto do

[Projeto de resolução n.º 45/XIII \(1.ª\), do PCP - Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do ensino artístico especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade e](#)

[Projeto de resolução n.º 78/XIII \(1.ª\), do BE - Financiamento do ensino artístico](#)

- **Apreciação da redação final**

7. Texto de substituição de

[Projeto de resolução n.º 56/XIII \(1.ª\), do BE - Racionalização dos contratos de associação com o ensino privado garantido a proteção da escola pública](#)

[Projeto de resolução n.º 61/XIII \(1.ª\), do PCP - Por uma escola pública que cubra as necessidades de toda a população](#)

- **Apreciação da redação final**

8. [Projeto de lei n.º 59/XIII \(1.ª\), do PCP — Revoga o regime de requalificação docente](#)

- **Discussão e votação na especialidade**

9. [Projeto de lei n.º 70/XIII \(1.ª\), do BE — Elimina a requalificação de docentes](#)

- **Discussão e votação na especialidade**

10. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE, Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976](#)

- **Discussão**

11. [Projeto de resolução n.º 102/XIII \(1.ª\), do BE — Publicação de despacho que regule a certificação de competências avançadas em tecnologias da informação e comunicação \(TIC\) na educação](#)

- **Discussão**

12. [Petição n.º 541/XIII \(4.ª\) — Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do ensino superior](#)

- **Apreciação e votação do relatório final da petição**
- **Deputada Relatora: Nilza de Sena (PSD)**

13. **Concretização do Plano de Atividades da Comissão**

- **Apreciação e votação**

14. [Petição n.º 42/XIII \(1.ª\) — Questiona a transição de docentes do grupo 550 \(Informática\) para o grupo 540](#)

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**

- Deputado Relator - A indicar pelo PS

15. [Petição n.º 45/XIII \(1.ª\) — Solicita que seja regulamentado o Estatuto da Carreira de Docente \(Decreto Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril\), cumprindo o disposto no n.º 3 do seu artigo 36.º](#)

- Apreciação da Nota de Admissibilidade
- Deputado Relator - A indicar pelo BE

16. [Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais \[COM\(2015\)634\] e documentos de trabalho associados](#)

- Apreciação e votação do relatório
- Deputado Relator – Laura Magalhães (PSD)

17. [Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens \[COM\(2015\) 635\] e documentos de trabalho associados](#)

- Apreciação e votação do relatório
- Deputado Relator – André Pinotes (PS)

18. Outros assuntos

19. Data da próxima reunião

- Dia 09 de fevereiro de 2016 – 15h00

1. Apreciação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

Antes de entrar na apreciação do ponto seguinte, a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) pediu o adiamento da apreciação dos pontos 8, 9, 10 e 11 da Ordem do Dia para a próxima reunião da Comissão.

2. Aprovação da ata

De seguida, o Presidente submeteu à votação a Ata n.º 13, respeitante à reunião de 26 de janeiro de 2016, que foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Regulamentação das leis

Foi consensualizado adiar este ponto para a próxima reunião da Comissão.

3.2. Pedidos de audiência

Após uma breve discussão acerca dos pedidos de audiência dirigidos à Comissão sobre os contratos de associação, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Porfírio Silva (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), ficou acordado que para se poder organizar e agendar devidamente as audiências solicitadas os serviços de apoio à Comissão iriam officiar as 57 entidades/pessoas que formularam esses pedidos no sentido de apurar se mantinham ou não esse pedido, remetendo em anexo o texto de substituição dos projetos de resolução do PCP e do BE.

Na sequência do pedido de reunião do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida, para dar a conhecer o seu relatório de atividades e as deliberações acerca dos procedimentos a seguir em caso de apresentação de projetos de investigação envolvendo embriões criopreservados, foi deliberado agendá-lo para uma próxima reunião da Comissão.

O Presidente da Comissão informou ainda que tinham pedido audiência urgente a CONFAP, Confederação Nacional das Associações de Pais e investigadores da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Eduardo Mondlane e não tendo sido possível incluí-las na reunião da Comissão, iria recebê-los em reunião aberta a todos os deputados da Comissão.

3.3. Visitas a escolas

Na sequência duma audiência a 8 colégios/escolas com cursos científico-tecnológicos com planos de estudo próprios e conforme tinha sido equacionado na mesma, foram recebidos convites para se visitarem os respetivos estabelecimentos, a concretizar por pares de escolas.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) sugeriu que os convites fossem remetidos aos Grupos Parlamentares, para responderem aos convites consoante as suas disponibilidades, não se tendo registado outras intervenções.

3.4. Relatórios de audiências

Colocados à consideração da Comissão, não foram propostas quaisquer alterações aos relatórios das audiências dos 8 colégios/escolas com cursos científico-tecnológicos com planos de estudo próprios e do Professor António Santos (vítima de agressão), tendo sido todos aprovados.

4. Audiência à Associação Académica de Coimbra – 15h00

Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas à Associação Académica de Coimbra (AAC), que agradeceu a concessão da audiência, passando de seguida a apresentar algumas das suas propostas para o ensino superior e as ideias vertidas no livro *Educação- Uma visão de futuro*, que pode ser consultado [aqui](#), no que respeita à organização, gestão, financiamento do ensino superior, à proteção social dos economicamente mais carentes e à qualidade do ensino prestado.

A AAC defende a necessidade de um reforço do financiamento do ensino superior, fruto das graves restrições sofridas nos últimos anos, e da ação social destinada a proteger aqueles que têm mais dificuldades em se manter ou para aceder ao ensino superior. E, quanto ao regulamento de atribuição de bolsas, torna-se necessário atender aos rendimentos líquidos (e não aos brutos) e atualizar o Indexante de Apoios Sociais.

De seguida, apontou o baixo número de docentes para lecionar aos alunos de ERASMUS, tornando-se imperioso, com o seu envelhecimento, reforçar o corpo docente.

Por fim, a AAC referiu-se à reunião que teve com o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde teve oportunidade de debater o reforço do financiamento das bolsas de ação social e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento na parte do sistema científico e a revisão do regime jurídico das instituições de ensino superior.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) agradeceu o contributo e as propostas da AAC, enaltecendo o papel que tem desenvolvido ao longo dos tempos no debate das políticas educativas do ensino superior.

Registou as omissões em matéria de avaliação do regime jurídico das instituições de ensino superior e de reorganização da rede e a falta de uma estratégia efetiva de combate ao abandono escolar, apesar da implementação pelo anterior governo do Programa Retornar. Daí a importância da ação social direta e indireta e da alteração feita ao regulamento de atribuição de bolsas, com o conseqüente aumento do limiar de elegibilidade e do complemento do alojamento a bolseiros deslocados.

Perguntou, por fim, que alterações é que a AAC propõe para o regime jurídico das instituições de ensino superior, como vê a última alteração ao regulamento de atribuição de bolsas, o que pensa das praxes académicas e o que propõe relativamente ao desporto universitário.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS aposta no regresso ao investimento no ensino superior e no reforço da ação social escolar, acompanhando as pretensões da AAC quanto a esta matéria.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu as debilidades e injustiças do regulamento de atribuição de bolsas e a necessidade de contabilização dos rendimentos líquidos, proposta já por diversas vezes apresentada pelo seu grupo parlamentar.

Perguntou se a AAC já tinha feito algum levantamento sobre a falta de professores e qual era a sua posição sobre a participação dos estudantes nos órgãos de gestão das universidades.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) salientou o decréscimo do número de alunos que podem frequentar o Programa ERASMUS e perguntou aos representantes da AAC se abordaram este problema na reunião que tiveram com o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e quais as propostas que apresentaram relativamente ao Orçamento do Estado para 2016 em termos de rubricas e de montantes.

Por fim, questionou a Associação sobre as medidas tomadas para evitar praxes académicas violentas.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PCP ia entregar na Assembleia da República um projeto de lei de alteração à Lei de Financiamento do Ensino Superior, que prevê que as diversas instituições passam a assumir o seu próprio orçamento, sem se prever a existência de propinas, bem como duas iniciativas legislativas relativas, respetivamente, à não atualização do valor das propinas no presente ano letivo, à neutralização de quaisquer efeitos ou consequências de tipo sancionatório sobre os estudantes que se atrasem a efetuar o seu pagamento e um outro relativo à suficiência digital da entrega dos trabalhos académicos.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes da AAC defenderam que não deviam ser as instituições de ensino superior a dar o pontapé de saída para a reorganização da rede, mas que ela tinha de ser repensada como um todo de modo a chegar a todas as comunidades do País.

A AAC frisou também que defende uma revisão do modelo de financiamento e a existência de uma maior autonomia financeira e patrimonial e que há uma fraca participação dos estudantes nos órgãos de gestão das universidades. Por outro lado, adiantou que foi positiva a última revisão do regulamento de atribuição de bolsas, apesar de subsistirem algumas injustiças, designadamente no que respeita ao IAS e à contabilização dos rendimentos.

Frisaram, por fim, que a AAC não era contra as praxes académicas, mas que tinha a responsabilidade de as acompanhar, não havendo felizmente casos violentos a registar em Coimbra.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

5. Audiência à Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal – 16h00

Os representantes da Federação, António Baião, Afonso Figueiredo e Cátia Teles, agradeceram a concessão da audiência e expuseram as principais preocupações do sector dos trabalhadores dos refeitórios escolares concessionados a empresas privadas e as diversas situações de incumprimento do caderno de encargos, sobretudo no que respeita a horários de trabalho.

Falaram dos trabalhadores sem contrato de trabalho, contribuindo, desta forma, as empresas concessionárias para que não haja estabilidade e segurança no trabalho.

António Baião abordou igualmente o clima de instabilidade, a ausência de comunicação, a redução das cargas horárias e das categorias profissionais, a consequente precaridade laboral, a falta de pessoal nas áreas de higienização, preparação e confeção, prejudicando, dessa forma, a qualidade do serviço prestado, a falta de cumprimento do caderno de encargos e a falta de fiscalização por parte da que a DGEsTE.

Disse que as empresas concessionárias não têm regularizado as situações resultantes da aplicação das regras da concessão estabelecidas no caderno de encargos do concurso a que a EUREST, a GERTAL e a ITAU concorreram e a que ficaram obrigadas.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) disse ter tomado boa nota das preocupações expressas e que o seu Grupo Parlamentar iria procurar apurar o que se passa quanto ao não cumprimento do caderno de encargos por parte destas empresas.

Perguntou igualmente aos representantes da Federação se quando a contratualização é feita pelas autarquias há ou não um maior cumprimento e uma diferença notória.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) referiu que o combate à precaridade laboral é e será sempre uma preocupação do Grupo Parlamentar do PS. E relativamente aos sucessivos incumprimentos do caderno de encargos, perguntou se uma maior proximidade e uma monitorização permanente das autarquias às escolas não poderia permitir um maior controlo e uma maior qualidade e segurança alimentares.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) perguntou aos representantes do Sindicato o que defendem quanto à transferência de competências para as autarquias para que possa haver uma fiscalização de proximidade.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) frisou que a externalização de serviços é que deu origem a todas estas situações de precaridade, de falta de segurança no trabalho e de fiscalização.

Os representantes da Federação responderam no fim às questões colocadas, voltando a sublinhar os problemas resultantes do recurso às empresas de trabalho temporário e a sua falta de responsabilidade social.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

6. Texto conjunto do

[Projeto de resolução n.º 45/XIII \(1.ª\), do PCP - Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do ensino artístico especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade e](#)

[Projeto de resolução n.º 78/XIII \(1.ª\), do BE - Financiamento do ensino artístico](#)

A redação final do texto conjunto dos 2 Projetos de Resolução foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, tendo a Deputada do BE deixado indicação de acordo em relação à mesma.

7. Texto de substituição de

[Projeto de resolução n.º 56/XIII \(1.ª\), do BE - Racionalização dos contratos de associação com o ensino privado garantido a proteção da escola pública](#)

[Projeto de resolução n.º 61/XIII \(1.ª\), do PCP - Por uma escola pública que cubra as necessidades de toda a população](#)

A redação final do texto de substituição dos 2 Projetos de Resolução foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, tendo a Deputada do BE deixado indicação de acordo em relação à mesma.

8. [Projeto de lei n.º 59/XIII \(1ª\), do PCP — Revoga o regime de requalificação docente](#)

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão e votação na especialidade desta iniciativa ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

9. [Projeto de lei n.º 70/XIII \(1ª\), do BE — Elimina a requalificação de docentes](#)

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão e votação na especialidade desta iniciativa ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

10. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE, Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976](#)

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão desta iniciativa ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

11. Projeto de resolução n.º 102/XIII (1.ª), do BE — Publicação de despacho que regule a certificação de competências avançadas em tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão desta iniciativa ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

12. Petição n.º 541/XIII (4.ª) — Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do ensino superior

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Nilza de Sena (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE.

13. Concretização do Plano de Atividades da Comissão

O Deputado Porfírio Silva (PS), apresentou um contributo para a concretização do Plano de Atividades da Comissão, tendo-se depois consensualizado desenvolver a matéria numa reunião da Mesa e Coordenadores da Comissão.

14. Petição n.º 42/XIII (1.ª) — Questiona a transição de docentes do grupo 550 (Informática) para o grupo 540

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi admitida a petição, tendo o Deputado Porfírio Silva (PS) referido que indicaria posteriormente o Deputado relator.

15. Petição n.º 45/XIII (1.ª) — Solicita que seja regulamentado o Estatuto da Carreira de Docente (Decreto Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril), cumprindo o disposto no n.º 3 do seu artigo 36.º

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi admitida a petição, tendo sido indicada como relatora a Deputada Joana Mortágua (BE).

16. Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais [COM(2015)634] e documentos de trabalho associados

A relatora, Deputada Laura Magalhães (PSD), apresentou o respetivo relatório. No entanto, dado que o mesmo não tinha sido recebido na Comissão e distribuído aos Deputados, foi consensualizado apreciá-lo na reunião seguinte da Comissão.

17. Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens [COM(2015) 635] e documentos de trabalho associados

O Deputado Porfírio Silva (PS) questionou se a matéria da proposta de diretiva se incluía na área das competências atuais da Comissão, tendo defendido a resposta negativa.

Na sequência da questão colocada e atenta a matéria das 2 iniciativas europeias, foi consensualizado reequacionar a matéria, para se tomar uma decisão definitiva na reunião seguinte da Comissão.

18. Outros assuntos

O Presidente da Comissão informou que o Café de Ciência teria lugar no dia 6 de Abril e indicou que estava a ser preparado um Simpósio sobre OGM – Organismos Geneticamente Modificados – numa organização conjunta das Comissões de Agricultura, Saúde e Educação e Ciência.

19. Data da próxima reunião

- Dia 09 de fevereiro de 2016 – 15h00

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de fevereiro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 10 de fevereiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Susana Amador
António Eusébio
Cristóvão Crespo
Diogo Leão
Margarida Balseiro Lopes
Pedro Coimbra
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Odete João
Sandra Pontedeira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Emília Santos
Pedro Delgado Alves